



INSTITUTO  
DA VINHA  
E DO VINHO®

---

# UTILIZAÇÃO DE ANO DE COLHEITA E/OU CASTA(S) DE UVAS

---

(ROTULAGEM DE PRODUTOS  
SEM DOP NEM IGP)

MANUAL DE PROCEDIMENTOS E DE  
ESPECIFICAÇÕES

INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO

EDIÇÃO Nº. 4

JANEIRO 2024

## Índice

<b>PARTE I – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
1. OBJETIVO.....	4
2. DEFINIÇÕES.....	4
3. REQUISITOS ESPECÍFICOS.....	4
3.1. Do Produto Comercializado com Indicação do Ano de Colheita e/ou Casta(s).....	4
3.2. Do “Produtor” .....	5
3.3. Do “Operador Económico” .....	6
3.4. Do Organismo de Controlo (OC).....	7
4. DIAGRAMA SÍNTESE .....	8
5. NORMATIVOS.....	9
<b>PARTE II - APROVAÇÃO DE OPERADORES ECONÓMICOS .....</b>	<b>10</b>
1. OBJETIVO.....	10
2. OPERADORES ABRANGIDOS.....	10
3. PROCEDIMENTO DE APROVAÇÃO.....	10
3.1. Inscrição no IVV, IP .....	10
3.2. Pedido de Aprovação.....	11
3.3. Comprovativo de Aprovação .....	11
3.4. Validade da Aprovação .....	11
<b>PARTE III - REGISTO DE LOTES, MOVIMENTOS E PEDIDO DE APROVAÇÃO....</b>	<b>12</b>
1. OBJETIVO.....	12
2. PRODUTOS ABRANGIDOS.....	12
3. OPERADORES ABRANGIDOS .....	12
4. REGISTO DE LOTE.....	13
4.1. Definição de Lote .....	13
4.2. Regras Gerais .....	13
4.3. Constituição de Lote .....	14
4.4. Submissão Eletrónica.....	20
4.5. Movimentos de Saída .....	20
5. PEDIDO DE APROVAÇÃO DE LOTE.....	23



<b>PARTE IV - APROVAÇÃO DE LOTES E CONTROLO FÍSICO .....</b>	<b>25</b>
1. OBJETIVO.....	25
2. ÂMBITO .....	25
3. ENTIDADES INTERVENIENTES .....	25
4. REQUISITOS APLICÁVEIS AOS ORGANISMOS DE CONTROLO .....	25
5. APROVAÇÃO DE LOTE .....	27
5.1. Confirmação da Aprovação do Operador .....	27
5.2. Confirmação da Informação Constante no Registo do Lote.....	28
5.3. Tomada de Decisão.....	34
6. CONTROLO FÍSICO.....	34
6.1. Parcelas de Vinha.....	35
6.2. Instalações dos Operadores Económicos.....	37
7. COMUNICAÇÃO AO IVV.....	40
<b>PARTE V – CONTROLO PELO IVV, IP .....</b>	<b>41</b>
1. OBJETIVO.....	41
2. ENTIDADE COMPETENTE .....	41
3. ACTIVIDADE DE CONTROLO .....	41
<b>PARTE VI - CONTACTOS.....</b>	<b>42</b>

## PARTE I – INTRODUÇÃO

### 1. OBJETIVO

O presente manual segue as orientações previstas no Anexo III da Portaria n.º 199/2010, de 14 de Abril, e estabelece:

- Os procedimentos a cumprir pelo operador económico que pretende incluir a indicação do ano de colheita e/ou das castas de uvas na rotulagem de produtos vínicos sem denominação de origem protegida nem indicação geográfica protegida;
- Os procedimentos e especificações a cumprir pelos organismos de controlo a quem são conferidas as competências para a aprovação de lotes e controlo físico de produtos vínicos a que os operadores económicos associam a indicação do ano de colheita e/ou das castas de uvas.

### 2. DEFINIÇÕES

No âmbito deste manual são consideradas as definições previstas no n.º 1 do art.º 2.º da Portaria n.º 199/2010, de 14 de Abril.

### 3. REQUISITOS ESPECÍFICOS

#### 3.1. Do Produto Comercializado com Indicação do Ano de Colheita e/ou Casta(s)

O produto que for comercializado com rotulagem onde conste a indicação do ano de colheita e/ou casta(s) deve apresentar as características físico-químicas e organoléticas previstas nos normativos em vigor, no momento da sua apresentação

para consumo humano direto, sob responsabilidade exclusiva do operador económico

O produto constante na declaração de colheita e produção (DCP) como apto a denominação de origem protegida ou indicação geográfica protegida apenas pode ser convertido em produto a que é associada a indicação do ano de colheita e/ou das castas, quando o volume em causa for incluído num “Lote” registado pelo operador económico.

A inclusão num “Lote” dos produtos referidos no parágrafo anterior é reconhecida como um pedido de alteração à sua classificação e sujeita a confirmação pelo correspondente organismo de certificação e controlo.

### 3.2. Do “Produtor”

Para incluir na DCP a obtenção de produtos com a indicação de castas de uvas, o “Produtor” deve assegurar que:

- a) As parcelas de vinha, de onde as uvas são originárias, constam no Registo Vitícola que é mantido pelo Instituto da Vinha e do Vinho, I.P. (IVV, I.P.); e,
- b) As castas a que faz referência na DCP constam igualmente do Registo Vitícola, associadas às parcelas de vinha em causa.

Sempre que estes dois requisitos **não estiverem assegurados** a rastreabilidade dos produtos não é reconhecida como completa, pelo que os produtores não podem utilizar a indicação de castas de uvas na rotulagem.

A **atualização** dos elementos relativos às parcelas de vinha e às castas deve ser efetuada nas Direções Regionais de Agricultura e Pescas ou noutras entidades que sejam indicadas pelo IVV, I.P.

### 3.3. Do “Operador Económico”

Para o comércio de produtos a granel ou acondicionados e rotulados, com a indicação do ano de colheita e/ou das castas de uvas, o “Operador económico” deve:

**a) Requerer a sua aprovação ao IVV, I.P.**

O pedido de aprovação é efetuado por campanha vitivinícola, no módulo “Ano/Casta” do Sistema de Informação da Vinha e do Vinho (SIVV), de acordo com os procedimentos previstos na **Parte II** deste manual.

**b) Efetuar e manter atualizado um registo por “Lote” de produto**

Este registo deve conter a informação necessária para assegurar a rastreabilidade do “Lote” em causa e é efetuado no módulo “Ano/Casta” do SIVV, de acordo com os procedimentos previstos na **Parte III** deste manual.

**c) Obter comprovativo da aprovação do “Lote”**

Para que um “Lote” possa ser acondicionado e rotulado com a indicação do ano de colheita e/ou das castas, o “Operador económico” deve possuir um documento, emitido por um Organismo de Controlo (OC), onde conste a aprovação do ano de colheita e/ou das castas que podem ser incluídas na rotulagem.

Para a obtenção deste documento, deve solicitar o correspondente pedido de aprovação a um OC escolhido pelo “Operador económico”.

O pedido de aprovação e a escolha do OC é feito no módulo “Ano/Casta” do SIVV, de acordo com os procedimentos previstos na **Parte III** deste manual.

Apenas o “Lote aprovado” pode ser acondicionado e rotulado com a indicação do ano de colheita e/ou das castas.

**d) Deve submeter diretamente no SIVV um exemplar da rotulagem completa**

A submissão no SIVV da rotulagem deve ser efetuada previamente à sua utilização no mercado, de acordo com o estabelecido no n.º 1, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 376/97, de 24 de Dezembro.

A rotulagem submetida no SIVV é da responsabilidade do operador, que deve assegurar o cumprimento da legislação em vigor relativa à designação, apresentação e rotulagem dos produtos do setor vitivinícola.

### **3.4. Do Organismo de Controlo (OC)**

Cada OC designado para exercer as competências de aprovação de lote e controlo físico, deve assegurar o cumprimento dos procedimentos e especificações previstos na **Parte IV** deste manual.

A atividade dos OC's é sujeita a ações de controlo do IVV, I.P., sem prejuízo das auditorias promovidas pelas entidades competentes quanto à acreditação no âmbito da Norma ISO/IEC 17065:2012, que substituiu a norma NP EN 45011 prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 11.º da Portaria n.º 199/2010, de 14 de Abril.

As especificações relativas ao controlo são as constantes na **Parte V** deste manual.

## 4. DIAGRAMA SÍNTESE

Diagrama síntese para a utilização da indicação do ano de colheita e/ou das castas, na rotulagem de produtos sem DOP/IGP

	APROVAÇÃO DO OPERADOR ECONÓMICO	REGISTO DO LOTE	PROCESSO DE APROVAÇÃO DO LOTE	VERIFICAÇÃO DA RASTREABILIDADE E DECISÃO	UTILIZAÇÃO DA INDICAÇÃO DO ANO DE COLHEITA E/OU CASTAS NA ROTULAGEM
Quem?	Todos os <b>operadores económicos</b> que pretendam comercializar estes produtos têm de estar aprovados pelo IVV, IP para o efeito.	Todos os <b>operadores económicos</b> que detenham estes produtos devem manter um registo específico, sob pena de os mesmos não poderem ser introduzidos no consumo com a indicação do ano de colheita e/ou das castas.	É o <b>operador económico</b> que solicita a aprovação de cada lote a um organismo de controlo por ele selecionado.	É efetuado pelo <b>OC</b> que foi selecionado pelo <b>operador económico</b> .	Pelo <b>operador económico</b> cujo lote foi aprovado.
Quando?	A aprovação é exigida <b>uma vez por campanha vitivinícola</b> . Deverá ocorrer preferencialmente no início de cada campanha, uma vez que a aprovação é obrigatória para que possa ser usada a indicação do ano de colheita e/ou das castas e <b>tem a validade de uma campanha vitivinícola, podendo ser renovada na campanha seguinte</b> .	Quando o <b>operador económico</b> toma a <b>decisão de preparar um lote</b> de um produto ao qual associa o ano de colheita e/ou castas, deve efetuar o registo.	Quando o <b>operador económico</b> o <b>desejar</b> , devendo ter presente que o pedido vai ser sujeito a uma verificação e a uma decisão, cuja duração é variável.	Inicia-se somente após a <b>apresentação do pedido de aprovação do lote</b> .	Após ter na sua posse o <b>comprovativo de aprovação do lote</b> , emitido pelo <b>OC</b> .
Como?	O pedido de aprovação é <b>efetuado no SIVV do IVV, IP, no módulo “Ano/Casta”</b> . A resposta é imediata e pode ser obtido o comprovativo em papel.	O registo do lote é <b>efetuado no SIVV do IVV,IP, no módulo “Ano/Casta”</b> . Após os dados do registo estarem submetidos, pode ser obtido um documento com toda a informação.	O pedido é <b>efetuado no SIVV do IVV, IP, no módulo “Ano/Casta”</b> e obriga a que o <b>operador económico</b> já tenha efetuado o registo do lote.	É baseada na <b>informação que consta do Registo do lote</b> , bem como outra que o <b>OC</b> considere necessária.	Podem ser utilizadas as <b>indicações relativas ao ano de colheita e/ou castas de uvas que tenham sido aprovadas pelo OC</b> .



## 5. NORMATIVOS

- ➔ **Regulamento (CE) N.º 1308/2013**, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, que estabelece uma organização comum dos mercados dos produtos agrícolas;
- ➔ **Regulamento Delegado (UE) N.º 2019/33**, da Comissão, de 17 de outubro de 2018, que complementa o Regulamento (CE) N.º 1308/2013 no respeitante à rotulagem e apresentação dos produtos do setor vitivinícola;
- ➔ **Regulamento Delegado (UE) N.º 2018/274** da Comissão, de 11 de dezembro de 2017, que completa o Regulamento (UE) n.º 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, no respeitante, aos documentos de acompanhamento e à certificação, ao registo de entradas e de saídas e às declarações obrigatórias;
- ➔ **Decreto-Lei n.º 376/97** de 24 de dezembro, que estabelece os procedimentos legais vigentes relativos à rotulagem do vinho e das bebidas do sector vitivinícola;
- ➔ **Portaria n.º 26/2017**, de 13 de janeiro, com alterações introduzidas pela Portaria n.º 130/2018, 325/2019 e 312/2022, que estabelece as regras complementares de aplicação da regulamentação comunitária relativas à designação, apresentação e rotulagem dos produtos do setor vitivinícola;
- ➔ **Portaria n.º 199/2010**, de 14 de abril, com alterações introduzidas pela Portaria n.º 323/2015, de 1 de outubro, que estabelece as normas complementares referentes à indicação do ano de colheita e/ou das castas de uvas na rotulagem de produtos vitivinícolas produzidos a partir de uvas colhidas no território nacional continental;
- ➔ **Portaria n.º 380/2012**, de 22 de novembro, com alterações introduzidas pelos Avisos n.º 6051/2013, 734/2018 e 3999/2020, que estabelece as castas de uvas aptas à produção de vinho em Portugal.

## **PARTE II - APROVAÇÃO DE OPERADORES ECONÓMICOS**

### **1. OBJETIVO**

A aprovação é efetuada com o objetivo de manter o conhecimento adequado dos operadores económicos que pretendem utilizar a indicação do ano de colheita e/ou das castas de uvas na rotulagem de produtos vitivinícolas sem denominação de origem protegida ou indicação geográfica protegida.

### **2. OPERADORES ABRANGIDOS**

A aprovação é obrigatória para todos os operadores económicos que comercializam produtos com a indicação do ano de colheita e/ou das castas de uvas.

### **3. PROCEDIMENTO DE APROVAÇÃO**

Para a aprovação, o operador económico deve:

- Estar inscrito no IVV, IP;
- Apresentar um pedido de aprovação ao IVV, IP.

#### **3.1. Inscrição no IVV, IP**

A inscrição necessária é a requerida para que o operador desempenhe atividade no setor vitivinícola, designadamente a de entidade do setor vitivinícola, e quando for caso disso, a(s) prevista(s) no Decreto-Lei n.º 178/99, de 21 de maio.

Nos casos em que o operador preveja que irá proceder à transformação/comercialização de produtos adquiridos a terceiros, deve confirmar que as atividades para as quais está inscrito são as adequadas. Caso não estejam, deve promover a sua atualização junto do IVV, IP.

## 3.2. Pedido de Aprovação

A apresentação do pedido de aprovação é feita no módulo “ANO/CASTA” integrado no SIVV, através de:

**1.º – Preenchimento do pedido de aprovação;**

**2.º – Submissão do pedido de aprovação.**

### ➤ Preenchimento do Pedido de Aprovação

A introdução do NIF/NIPC do operador e a sua validação permite confirmar de modo automático a inscrição no IVV, IP.;

### ➤ Submissão do Pedido de Aprovação

Ao submeter o pedido, o operador está a declarar sob compromisso o cumprimento das regras e o conhecimento das sanções sobre o seu incumprimento que estão referidas no n.º 6 do anexo III da Portaria n.º 199/2010, de 14 de Abril.

## 3.3. Comprovativo de Aprovação

O comprovativo de aprovação do operador económico pode ser obtido de forma automática no módulo “ANO/CASTA” integrado no SIVV.

## 3.4. Validade da Aprovação

A aprovação tem a validade de uma campanha vitivinícola, podendo ser renovada sucessivamente, exceto quando ao operador económico tenha sido aplicada a sanção de suspensão da aprovação, caso em que a renovação só poderá ser solicitada após o fim do prazo da suspensão aplicada.

## **PARTE III - REGISTO DE LOTES, MOVIMENTOS E PEDIDO DE APROVAÇÃO**

### **1. OBJETIVO**

O registo de lotes e de movimentos, é efetuado com o objetivo de assegurar a rastreabilidade dos produtos que utilizem na rotulagem a indicação do ano de colheita e/ou casta(s) de uvas.

O Pedido de Aprovação de Lote, é efetuado com o objetivo de formalizar a intenção do operador económico para utilizar a indicação do ano de colheita e/ou de casta(s) de uvas na rotulagem de produtos que serão introduzidos no consumo.

### **2. PRODUTOS ABRANGIDOS**

São abrangidas as categorias de produtos referidas no anexo I da Portaria n.º 199/2010, de 14 de Abril.

### **3. OPERADORES ABRANGIDOS**

O Registo de Lote é obrigatório para todos os operadores económicos que comercializam lotes de produtos a granel e/ou acondicionados e rotulados, com a indicação do ano de colheita e/ou das castas de uvas.

**O registo de lotes e dos movimentos, bem como o pedido de aprovação são efetuados no SIVV.**

## 4. REGISTO DE LOTE

### 4.1. Definição de Lote

Considera-se como **lote** o volume homogéneo de um dos produtos abrangidos, ao qual o operador associa a indicação do ano de colheita e/ou casta(s) de uvas.

Cada lote pode ter o seguinte âmbito:

	Opções
• Indicação do ano de colheita	-----
• Indicação da(s) casta(s) de uvas	Monovarietal
	Duas ou mais castas
• Indicação do ano de colheita e casta(s) de uvas	Monovarietal
	Duas ou mais castas

Para a **indicação do ano de colheita**, pelo menos 85% do volume do lote deve ser proveniente de uvas colhidas no ano em causa.

Para a **indicação de uma casta**, pelo menos 85% do volume do lote deve ser proveniente de uvas da casta em causa.

Para a **indicação de duas ou mais castas**, 100% do volume do lote deve ser proveniente de uvas das castas em causa.

### 4.2. Regras Gerais

O Registo de Lote constitui uma obrigação do operador económico, abrangida pela declaração de compromisso aceite com o pedido de aprovação.

Numa primeira fase, o lote deve estar acondicionado a granel, em vasilhame devidamente indicado no Registo de Lote. O vasilhame onde o produto esteja armazenado deve conter a indicação do ano de colheita e/ou das castas que lhe são associadas pelo operador económico.

Posteriormente, e em função da utilização dada pelo operador económico (engarrafamento, venda a granel, perdas, transação sem transporte ou cancelamento de lote), o Registo do Lote deve ser atualizado.

No caso de vendas a granel, o documento de acompanhamento ou o documento comercial deve incluir o número que identifica o lote de onde provém o volume expedido.

O Registo de Lote considera:

- **Constituição do lote**
- **Submissão eletrónica**
- **Movimentos de saída**

### 4.3. Constituição de Lote

Para iniciar o Registo de Lote, o operador económico deve registar a sua identificação e indicar os seguintes elementos, consoante o âmbito do lote:

Elementos a incluir no Registo	Âmbito do Lote		
	Indicação do Ano de Colheita	Indicação da(s) Casta(s)	Indicação do Ano de Colheita e da(s) Casta(s)
<b>1. Endereço de Correio Eletrónico</b>	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
<b>2. Morada da Instalação Vínica</b>	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
<b>3. Depósitos de Armazenamento</b>	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
<b>4. Proveniência do Lote</b>	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
4.1. Número	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
4.2. Ano de Colheita	Obrigatório	<i>Facultativo</i>	Obrigatório
4.3. Produto	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
4.4. Casta	<i>Facultativo</i>	Obrigatório	Obrigatório
4.5. Cor	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
4.6. Volume (hl)	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório

#### **4.3.1. Endereço de Correio Eletrónico**

A indicação do endereço de correio eletrónico é obrigatório e destina-se a permitir a notificação do resultado do processo de aprovação.

#### **4.3.2. Morada da Instalação Vínica**

Esta indicação é selecionada de uma lista de instalações utilizadas pelo operador económico e registadas no SIVV.

#### **4.3.3. Depósitos de Armazenamento**

Os depósitos a indicar devem corresponder àqueles onde o produto está armazenado a granel.

Deve ser igualmente indicada a capacidade dos mesmos [por ex.: Inox 1 (250 hl)].

Quando houver mudanças de depósitos, a atualização deve ser registada.

#### **4.3.4. Proveniência do Lote**

Para cada uma das partes que constituem o lote, a proveniência é selecionada de uma lista com as seguintes opções:

- **Produção própria;**
- **Documento de Acompanhamento (DA);**
- **Documento de Acompanhamento Eletrónico (E-DA);**
- **Lote;**
- **Edulcoração;**
- **Transação sem transporte.**

➔ **PRODUÇÃO PRÓPRIA (DCP)**

Considera-se Produção Própria toda aquela que consta na(s) DCP do operador económico, independentemente de ser originária de vinhas por ele exploradas ou obtida a partir de produtos adquiridos/recebidos de terceiros.

➔ **DA**

Consideram-se os documentos de acompanhamento (DA) utilizados no transporte de produtos já transformados, ou parcialmente transformados.

➔ **E-DA**

Consideram-se os documentos de acompanhamento eletrónicos (E-DA) utilizados no transporte de produtos já transformados, ou parcialmente transformados.

➔ **LOTE**

Consideram-se os movimentos que têm como origem outro lote já constituído pelo operador económico. A utilização de elementos relativos a Lote apenas é possível quando se está a registar, pelo menos, um 2.º lote do operador.

*Nota: Ao ser usada esta opção, a diminuição de volume ao lote que já estava constituído é automática.*

➔ **EDULCORAÇÃO**

Considera-se edulcoração a adição de mosto de uvas, mosto de uvas concentrado ou mosto de uvas concentrado retificado ao volume de vinho, em que o título alcoométrico volúmico total não pode ser aumentado em mais de 4% vol. As datas da operação e da comunicação ao IVV, IP são obrigatórias.



### ➔ **TRANSAÇÃO SEM TRANSPORTE**

Considera-se esta opção quando se verifica a transferência de titularidade do produto mantendo-se a morada da instalação vínica.

O documento comercial que suporta este contrato deve identificar:

- Os números de identificação fiscal do vendedor e do comprador;
- A designação do produto, ano de colheita e a cor;
- O volume transacionado;
- No caso dos produtos sem aptidão para Denominação de Origem Protegida (DOP) ou Indicação Geográfica Protegida (IGP), o número de lote de onde provém e a identificação da casta (caso seja esse o âmbito).

A proveniência implica o registo dos seguintes elementos:

### ➔ **NÚMERO**

Necessário quando a proveniência do lote for “DA”, “E-DA” ou “Transação sem transporte”.

Caso seja “DA” ou “E-DA” o número a considerar é aquele que foi atribuído pelas entidades competentes. Caso seja “Transação sem transporte” o número a considerar é o número do documento comercial que suportou a transação.

### ➔ **NÚMERO DO LOTE DE ORIGEM**

Necessário quando a proveniência do lote for “DA”, “E-DA”, “Lote” ou “Transação sem transporte”.

Caso seja “DA”, “E-DA” ou “Transação sem transporte” o número do lote de origem a indicar é aquele que foi atribuído ao lote criado pelo expedidor.

Quando for “Lote”, o número a indicar é o do lote de onde provém (número que foi gerado no SIVV de forma automática).

## ➔ ANO DE COLHEITA

No caso de “Produção Própria”, o ano de colheita a indicar deve corresponder ao ano civil em que as uvas foram vindimadas. Todavia, quando a vindima ocorrer em janeiro ou fevereiro, o ano de colheita é o ano de calendário anterior.

Quando a proveniência for “DA”, “E-DA” ou “Transação sem transporte” o ano de colheita é o constante nos respetivos documentos.

Caso seja “Lote”, este campo é obtido de forma automática.

## ➔ PRODUTO

Quando a proveniência do lote for “Produção Própria”, o produto é selecionado de lista relacionada com os elementos constantes na(s) DCP.

Nos casos de produtos incluídos na(s) DCP como aptos a Denominação de Origem Protegida (DOP) ou Indicação Geográfica Protegida (IGP), a inclusão do produto em causa num lote é reconhecida como um pedido de alteração à sua classificação, apresentado pelo operador económico ao correspondente organismo de certificação e controlo.

*Nota: Ao utilizar um produto apto a DOP/IGP é gerada uma notificação para o respetivo organismo de certificação e controlo, para que este efetue a confirmação dos dados referentes ao volume, ano de colheita e/ou castas de uvas que são referenciados pelo operador económico. A confirmação é registada no módulo “Ano / Casta” do SIVV.*

Quando for “DA” ou “E-DA”, o produto é selecionado de lista de produtos, devendo ser igual ao que consta no documento de acompanhamento.

Caso seja “Lote”, este campo é obtido de forma automática.

Quando a opção é “Edulcoração” o produto a selecionar é um dos seguintes: mosto de uvas, mosto de uvas concentrado ou mosto de uvas concentrado retificado.

Nos casos de “Transação sem transporte” o produto é selecionado de uma lista com todos os produtos (mostos e vinhos).

### ➔ CASTA

Quando a proveniência do lote for “Produção Própria”, “DA”, “E-DA” ou “Transação sem transporte”, a casta é selecionada de uma lista de castas.

Caso seja “Lote”, este campo é obtido de forma automática.

### ➔ COR

Quando o produto tenha resultado da mistura de vinho branco com vinho tinto, a opção “rosado” não deve ser selecionada.

A cor é selecionada de uma lista pré-estabelecida.

### ➔ VOLUME

Quando a proveniência do lote for “Produção Própria”, o volume a indicar pelo operador económico não pode exceder o constante na(s) DCP.

Quando for “DA” ou “E-DA” o volume a indicar pelo operador económico não pode exceder o constante no documento de acompanhamento.

Caso seja “Lote”, o volume a indicar pelo operador económico não pode exceder o saldo do lote de onde o produto provém.

Quando a opção for “Educação”, o volume a indicar é aquele que foi adicionado nesta operação e não pode exceder a quantidade indicada na respetiva conta corrente.

Quando a origem é “Transação sem transporte”, o volume indicado não pode exceder aquele que consta do documento comercial que suporta a transação.

Após o registo dos diversos elementos referentes à constituição do lote, o operador económico deve proceder à sua submissão eletrónica.

#### 4.4. Submissão Eletrónica

Após o operador económico ter incluído no registo todos os elementos relativos à constituição do lote, deve efetuar a submissão eletrónica para guardar os elementos registados, que passarão a estar acessíveis ao IVV, IP e aos organismos de controlo.

Após a submissão eletrónica o operador económico pode obter um relatório do lote, de forma automática naquele módulo do SIVV, dele constando a seguinte informação:

- Data de criação;
- Número do lote (atribuído de forma automática);
- Identificação do operador / Instalação vínica / Depósitos de armazenamento;
- Âmbito do lote (conforme ponto 4.1.);
- Composição:
  - Volume total;
  - Ano de colheita e percentagem no lote;
  - Casta(s) e percentagem no lote;
- Resumo de movimentos;
- Situação dos pedidos de aprovação.

**Depois da submissão eletrónica, o lote apenas pode ser sujeito a movimentos de saída e à atualização do(s) depósito(s) de armazenamento quando ocorreu mudança deste(s)**

#### 4.5. Movimentos de Saída

Depois do lote ter sido sujeito à submissão eletrónica, apenas é permitido o registo de movimentos de saída, por forma a assegurar que as características do lote se mantêm inalteradas no que respeita ao ano de colheita e/ou castas de uvas que lhe estão associadas.

O operador pode seleccionar os seguintes tipos de movimentos:

- **Engarrafamento;**
- **Vendas a granel;**
- **Perdas;**
- **Transação sem transporte;**
- **Cancelamento de Lote.**

### ➔ **ENGARRAFAMENTO**

Quando o operador proceder ao acondicionamento, de parte ou da totalidade do lote, deve registar esse movimento pela indicação dos seguintes elementos:

- Tipo: Seleção da opção “Engarrafamento”;
- Data do Movimento: data em que o engarrafamento foi efetuado;
- Marca: Indicação da designação da marca do vinho associada ao número de lote de engarrafamento;
- N.º Lote de Engarrafamento: número da responsabilidade do operador, que, obrigatoriamente, consta na rotulagem (atenção, não utilizar o número de Lote Ano/Casta (LAC...) atribuído de forma automática pelo SIVV);
- Saída de Volume (hl): O volume total que foi acondicionado.

*Nota: A expressão “Engarrafamento” abrange o acondicionamento em geral, não se limitando à utilização de garrafas.*

O registo de um movimento de engarrafamento é obrigatório e deve ser efetuado o mais próximo possível da data do acondicionamento (nunca excedendo os 15 dias), preferencialmente no próprio dia e não podendo ser submetido numa data posterior à data de introdução do produto no mercado.

### ➔ **VENDAS A GRANEL**

Quando o operador efetuar saídas a granel, de parte ou da totalidade do lote, deve registar esse movimento num prazo máximo de 15 dias, pela indicação dos seguintes elementos:

- Tipo: Seleção da opção “Vendas a granel”;
- Data do Movimento: data em que o transporte foi efetuado;
- N.º DA/E-DA: O número do DA ou E-DA utilizado para o transporte;
- Saída de Volume (hl): O volume total constante no DA ou E-DA.

### ➔ **PERDAS**

Quando ocorrerem perdas, de parte ou da totalidade do lote, o operador deve registar esse movimento num prazo máximo de 15 dias, pela indicação dos seguintes elementos:

- Tipo: Seleção da opção “Perdas”;
- Data do Movimento: data em que as perdas ocorreram;
- Depósito N.º: No caso de perdas de produtos já engarrafados, o número deve ser o do lote de engarrafamento. Se as perdas forem a granel, o número do depósito de armazenamento;
- Saída de Volume (hl): O volume total de perdas ocorridas no lote.

### ➔ **TRANSAÇÃO SEM TRANSPORTE**

Quando o operador efetua vendas a granel de parte ou da totalidade do lote com alteração da titularidade do produto mantendo-se a morada da instalação vínica, deve registar esse movimento num prazo máximo de 15 dias, pela indicação dos seguintes elementos:

- Tipo: Seleção da opção “Transação sem Transporte”;

- Data do Movimento: data em que a transação foi efetuada;
- N.º: O número do documento comercial utilizado;
- Saída de Volume (hl): O volume total transacionado.

### ➔ **CANCELAMENTO DE LOTE**

Quando o operador não pretende submeter a aprovação um lote, e não efetuar outros movimentos de saída (Vendas a Granel, Perdas e/ou Transação sem Transporte), pode optar por cancelar o lote, devendo registar esse movimento:

- Tipo: Seleção da opção “Cancelamento de Lote”;
- Data do Movimento: data em que o registo é efetuado;
- Saída de Volume (hl): O volume que não pretende submeter a aprovação.

#### **4.5.1. Submissão Eletrónica do Movimento de Saída**

Quando terminar o registo do movimento o operador deve proceder à submissão eletrónica do mesmo.

O relatório do lote com as atualizações efetuadas pode ser obtido através do módulo “ANO/CASTA” integrado no SIVV (conforme ponto 4.4.).

**O registo dos movimentos de saída é obrigatório.**

## **5. PEDIDO DE APROVAÇÃO DE LOTE**

Este procedimento é efetuado no módulo “ANO/CASTA” integrado no SIVV, no seguimento do registo de constituição de lote (devidamente submetido), e de movimentos de saída se tiverem ocorrido (ver pontos 4.3. a 4.5.).

**O pedido de aprovação é efetuado pelo operador económico que pretende introduzir no consumo produtos com indicação do ano de colheita e/ou casta(s) de uvas na rotulagem.**

Para efetuar o pedido de aprovação, o operador económico necessita de indicar:

- Número do lote que vai submeter à aprovação;
- OC ao qual vai dirigir o pedido de aprovação;
- Volume que vai submeter à aprovação.

Após o registo dos diversos elementos, o operador económico deve proceder à submissão eletrónica do pedido de aprovação, que será direcionado de forma automática para o OC por si escolhido.

A submissão eletrónica gera uma notificação automática ao OC para efeitos da aprovação do lote e, se for caso disso, da realização de controlo físico.

Após a submissão eletrónica o operador económico pode obter de forma automática, naquele módulo do SIVV, o relatório do lote onde consta, entre outra informação, a situação dos pedidos de aprovação (conforme ponto 4.4.).



## PARTE IV - APROVAÇÃO DE LOTES E CONTROLO FÍSICO

### 1. OBJETIVO

A **Aprovação de Lote** é efetuada com o objetivo de gerar uma evidência administrativa que assegure a veracidade da informação relativa ao ano de colheita e/ou à(s) casta(s) de uvas constante(s) da rotulagem dos produtos víquicos.

O **Controlo Físico** é efetuado com o objetivo de verificar no local os elementos que suportam o(s) pedidos de aprovação apresentados pelos operadores.

### 2. ÂMBITO

As especificações previstas nesta parte do manual abrangem:

- Os operadores que apresentam pedidos de aprovação de lote;
- As entidades que efetuam a aprovação de lotes e controlo físico.

### 3. ENTIDADES INTERVENIENTES

A aprovação de lotes e o controlo físico são efetuados pelos OC's designados pelo Ministério da Agricultura, cuja lista é divulgada através da página eletrónica com o endereço [www.ivv.gov.pt](http://www.ivv.gov.pt).

### 4. REQUISITOS APLICÁVEIS AOS ORGANISMOS DE CONTROLO

Os Organismos de Controlo (OC) exercem as competências relativas à **Aprovação de Lote** e ao **Controlo Físico** com observância dos seguintes requisitos:

- a) Atuar de acordo com as descrições constantes da presente parte deste manual.
- b) Dispor de pessoal em número suficiente, com qualificações, experiência e conhecimentos técnicos adequados para:

- i) Analisar a informação constante de:
  - Registo Vitícola;
  - Declarações Obrigatórias do sector vitivinícola;
  - Documentos de Acompanhamento do transporte de produtos vínicos;
  - Registos do sector vitivinícola;
  - Quaisquer outros elementos relativos à atividade no sector vitivinícola que sejam necessários para o cumprimento eficaz das competências conferidas.
- ii) Vistoriar parcelas de vinha, de modo a:
  - Verificar a superfície da parcela;
  - Identificar as castas existentes na parcela;
- iii) Vistoriar instalações de vinificação, de armazenagem e de transformação onde se encontrem os produtos submetidos a aprovação, de modo a verificar:
  - As quantidades detidas pelos operadores económicos;
  - A separação efetiva de outros produtos vínicos;
- c)** Dispor do equipamento adequado à utilização dos suportes informáticos necessários e do conhecimento técnico para a sua utilização;
- d)** Atuar de modo imparcial e sem conflitos de interesses no exercício das competências conferidas;
- e)** Estar acreditado pela norma europeia NP EN ISO/IEC 17065:2014;
- f)** Comunicar anualmente ao IVV, IP, enquanto autoridade competente, os resultados dos lotes submetidos a aprovação, através de apresentação de Relatório de Execução, de acordo com a estrutura definida pelo serviço gestor e nos prazos por ele indicados;
- g)** Atuar de forma eficiente e eficaz com os restantes organismos de controlo.

A alínea e) não é exigida para os OC's designados nos termos do nº 2, artigo 50º do Regulamento Delegado (UE) 2019/33, da Comissão, de 17 de outubro.

## 5. APROVAÇÃO DE LOTE

O processo tem início com a notificação eletrónica, via módulo “ANO/CASTA” integrado no SIVV, dirigida ao OC escolhido pelo operador económico aquando do pedido de aprovação de lote.

Este processo é evidenciado em relatório onde constem as conclusões obtidas e obedece às seguintes fases:

- Confirmação da aprovação do operador;
- Confirmação da informação constante no registo do lote;
- Tomada de decisão quanto à aprovação do lote.

### 5.1. Confirmação da Aprovação do Operador

Para assegurar o cumprimento desta fase, o OC deve:

- Verificar que o operador económico está aprovado pelo IVV, IP
- Verificar a validade da aprovação

A validade da aprovação deve ser anterior ou igual à data do pedido de aprovação de lote.

Quando se verificarem não-conformidades, o pedido de aprovação de lote deve:

- Ser sujeito a pedido de informação complementar ao operador económico,  
ou;
- Ser recusado pelo OC.

## 5.2. Confirmação da Informação Constante no Registo do Lote

Esta fase é composta pela verificação administrativa:

- Dos **volumes** incluídos no registo do lote; e,
- Das **indicações ao ano de colheita e/ou casta** associados ao lote.

Os procedimentos da verificação administrativa assumem as seguintes tipologias:

- **Procedimento Único (P.U.)**: Aplicável a todos os pedidos de aprovação e correspondentes Registos de Lote;
- **Procedimento Completo (P.C.)**: Adicional ao PU, para todos os lotes cujo âmbito inclua “Casta” (Monovarietal ou Duas ou mais Castas).

### 5.2.1. Verificação Administrativa

Para assegurar o cumprimento deste requisito, o OC deve verificar:

- A **proveniência e indicações** associadas aos volumes que constituem o lote.

Destina-se a confirmar o suporte administrativo dos volumes incluídos como “Entrada” no Registo do Lote e que podem assumir as formas previstas no ponto 4.3.4. da Parte III deste Manual.

Devem ser seguidas, pelo menos, as seguintes especificações:

#### ➔ **Proveniência: PRODUÇÃO PRÓPRIA (DCP)**

**a)** Produtos aptos a **denominação de origem protegida (DOP)**,

e/ou;

Produtos aptos a **indicação geográfica protegida (IGP)**.

O OC deve obter as evidências que confirmem que:

- **P.U.:** O correspondente organismo de certificação e controlo confirmou o volume e que são referenciados pelo operador económico (ver procedimento relativo ao Produto, no ponto 4.3.4 da Parte III do presente manual);
- **P.C.:** A casta associada ao volume da(s) DCP consta nas parcelas de vinha de onde as uvas são originárias e disponíveis no Registo Vitícola (caso a casta seja uma menção indicada no pedido de aprovação apresentado pelo operador económico)”.

*Nota: A consulta aos dados das parcelas de vinha é efetuada na parte “Exploração Vitícola” do módulo “Registo Vitícola” integrado no SIVV.*

#### **b) Produtos com indicação de casta**

O OC deve confirmar que:

- **P.U.:** O volume em causa que consta do Registo do Lote tem enquadramento nos elementos referentes à colheita e produção constante da(s) DCP;
- **P.C.:** A casta associada ao volume consta da(s) DCP que suporta(m) a sua obtenção e as parcelas de vinha de onde as uvas são originárias constam do Registo Vitícola.

*Nota: A consulta aos dados das parcelas de vinha é efetuada na parte “Exploração Vitícola” do módulo “Registo Vitícola” integrado no SIVV.*

#### **c) Produtos distintos dos referidos nas alíneas a) e b)**

Estes produtos apenas podem ser utilizados quando o lote proposto a aprovação é destinado à utilização de:

- Indicação do ano de colheita, e/ou;
- Indicação de uma única casta (monovarietal), situação em que os produtos em causa não podem exceder 15% do volume do lote.

O OC deve confirmar que:

- **P.U.:** O volume constante no Registo do Lote tem enquadramento nos elementos referentes à colheita e produção constante da(s) DCP.

➔ **Proveniência: DOCUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO (DA / E-DA)**

**a)** Produtos aptos a **denominação de origem protegida (DOP)**,

e/ou;

Produtos aptos a **indicação geográfica protegida (IGP)**.

O OC deve confirmar que:

- **P.U.:** O documento de acompanhamento está devidamente validado pelo correspondente organismo de certificação e controlo;
- **P.U.:** O volume constante do Registo do Lote não excede o indicado no documento de acompanhamento;
- **P.C.:** Caso o pedido de aprovação inclua a utilização da casta e a mesma não conste do documento de acompanhamento, o OC deve confirmar ainda que a casta associada ao volume em causa é confirmada pelo organismo de certificação e controlo da respetiva DO/IG.

**b)** Produtos com **indicação de casta**

O OC deve confirmar que:

- **P.U.:** O documento de acompanhamento contém a referência do número de lote de onde provém.

*Nota: Este número corresponde ao que é atribuído de forma automática no módulo “ANO/CASTA” integrado no SIVV, quando o lote é constituído.*

- **P.U.:** O expedidor indicado no documento de acompanhamento efetuou o correspondente Registo do Lote;
- **P.U.:** O volume constante do Registo do Lote não excede o indicado no documento de acompanhamento;
- **P.C.:** A casta associada ao volume consta da(s) DCP que suportam a sua obtenção e as parcelas de vinha de onde as uvas são originárias constam do Registo Vitícola.

*Nota: A consulta aos dados das parcelas de vinha é efetuada na parte “Exploração Vitícola” do módulo “Registo Vitícola” integrado no SIVV.*

**c) Produtos distintos dos referidos nas alíneas a) e b)**

Estes produtos apenas podem ser utilizados quando o lote proposto a aprovação é destinado à utilização de:

- Indicação do ano de colheita, e/ou;
- Indicação de uma única casta (monovarietal), situação em que os produtos em causa não podem exceder 15% do volume do lote.

O OC deve confirmar que:

- **P.U.:** O volume constante do Registo do Lote não excede o indicado no documento de acompanhamento.

**➔ Proveniência: OUTRO LOTE**

A indicação desta forma de proveniência implica a existência prévia de um lote diferente – o lote de origem - já registado pelo operador económico.

Neste caso podem surgir duas situações:

**a) O lote de origem já está aprovado por um OC**

Nesta situação o OC deve assumir as características do lote que lhe são associadas.



*Nota: O volume de entrada no lote que está em aprovação deve ser coincidente com o volume de saída do lote original.*

### **b) O lote de origem não está aprovado por um OC**

Nesta situação o OC deve aplicar ao lote de origem os procedimentos previstos para as situações em que a proveniência é produção própria e/ou documentos de acompanhamento.

#### **➔ Proveniência: EDULCORAÇÃO**

O OC deve solicitar ao operador económico cópia da conta corrente do produto adicionado.

O volume constante do Registo do Lote não excede a quantidade indicada na respetiva conta corrente.

#### **➔ Proveniência: TRANSAÇÃO SEM TRANSPORTE**

O OC deve solicitar ao operador económico cópia do documento comercial que sustentou a transação.

### **a) Produtos aptos a **denominação de origem protegida (DOP)**,**

e/ou;

Produtos aptos a **indicação geográfica protegida (IGP)**.

O OC deve confirmar que:

- **P.U.:** O volume constante do Registo do Lote não excede o indicado no documento comercial;
- **P.C.:** Caso o pedido de aprovação inclua a utilização da casta e a mesma não conste do documento comercial, o OC deve confirmar ainda que casta



associada ao volume em causa é confirmada pelo organismo de certificação e controlo da respetiva DO/IG.

#### **b) Produtos com indicação de casta**

O OC deve confirmar que:

- **P.U.:** O documento comercial contém a referência do número de lote de onde provém.

Este número corresponde ao que é atribuído de forma automática no módulo “ANO/CASTA” integrado no SIVV, quando o lote é constituído (LAC20xxxxxxxxxxxx).

- **P.U.:** O vendedor indicado no documento comercial efetuou o correspondente Registo do Lote;
- **P.U.:** O volume constante do Registo do Lote não excede o indicado no documento comercial;
- **P.C.:** A casta associada ao volume consta da(s) DCP que suporta(m) a sua obtenção e as parcelas de vinha de onde as uvas são originárias constam do Registo Vitícola (caso a casta seja uma menção indicada no pedido de aprovação apresentado pelo operador económico).

*Nota: A consulta aos dados das parcelas de vinha é efetuada na parte “Exploração Vitícola” do módulo “Registo Vitícola” integrado no SIVV.*

#### **c) Produtos distintos dos referidos nas alíneas a) e b)**

Estes produtos apenas podem ser utilizados quando o lote proposto a aprovação é destinado à utilização de:

- Indicação do ano de colheita, e/ou;
- Indicação de uma única casta (monovarietal), situação em que os produtos em causa não podem exceder 15% do volume do lote.

O OC deve confirmar que:

- **P.U.:** O volume constante do Registo do Lote não excede o indicado no documento comercial.

### 5.3. Tomada de Decisão

No seguimento das fases descritas no ponto 5.1. e 5.2. e também das conclusões do controlo físico, quando este tiver ocorrido, o OC toma uma das seguintes decisões:

- ➔ **APROVAÇÃO:** Quando a totalidade dos procedimentos aplicados tiver resultado conforme, o volume em causa pode utilizar a indicação do ano de colheita e/ou casta.
- ➔ **REPROVAÇÃO:** Quando um ou mais dos procedimentos aplicados, tiver resultado não-conforme.

A decisão tomada pelo OC é comunicada ao operador económico, através de correio eletrónico ou pelo envio de documento, com a indicação do resultado do pedido de aprovação.

## 6. CONTROLO FÍSICO

O **controlo físico** é efetuado por amostragem e deve abranger, no mínimo, 5% do número dos pedidos de aprovação de lote apresentados ao OC em cada campanha.

Os controlos físicos efetuam-se em fase prévia à aprovação ou pós-aprovação.

Em cada campanha são efetuados controlos físicos de ambos os tipos (pré e pós-aprovação).

Estes controlos efetuam-se após a apresentação do pedido de aprovação de lote e incidem sobre:

- Parcelas de vinha de onde os produtos são provenientes, nos casos em que o pedido de aprovação inclua a indicação de casta(s);

e/ou

- Instalações dos operadores económicos.

Os resultados são evidenciados em relatório onde constem as conclusões obtidas, devendo o OC facultar cópia do mesmo ao operador económico.

Nos casos em que se detetem não-conformidades, o relatório deve evidenciar que a cópia foi entregue ao operador económico.

A seleção dos pedidos de aprovação a incluir na amostra deve critérios de risco e critérios aleatórios, designadamente:

- Dimensão dos lotes submetidos;
- Histórico de não conformidades do operador;
- Outros que venham a ser considerados relevantes pelo OC.

## **6.1. Parcelas de Vinha**

No controlo físico efetuado às parcelas de vinha, o OC deve proceder à:

- **Verificação da superfície da parcela;**
- **Identificação da(s) casta(s) existentes na parcela.**

### **6.1.1. Verificação da Superfície da Parcela**

Destina-se a verificar a correspondência dos elementos constantes no Registo Vitícola com os que são constatados no local, designadamente quanto à delimitação da parcela de vinha.

*Nota: A informação relativa à delimitação da parcela pode ser obtida no módulo “REGISTO VITÍCOLA/EXPLORAÇÃO VITÍCOLA” integrado no SIVV.*

Neste procedimento, o OC deve:

- Verificar a delimitação da parcela, através de observação visual e/ou de equipamento adequado, na presença do operador económico que a explora.

A verificação é reconhecida como conforme quando seja apurada correspondência com os elementos em análise.

Quando for constatado que a superfície da parcela não tem correspondência com a informação constante do registo vitícola, o OC considera uma das seguintes situações:

- **Controlo apura uma superfície superior à constante no registo vitícola**

O OC deve utilizar a superfície constante no registo vitícola.

- **Controlo apura uma superfície inferior à constante no registo vitícola**

O OC deve utilizar a superfície apurada no controlo e aferir, de forma proporcional, o volume de produto obtido.

Em qualquer uma das situações indicadas, o OC informa o operador económico que o registo vitícola deve ser sujeito a atualização junto das entidades competentes e regista o facto no relatório.

### **6.1.2. Identificação da(s) Casta(s) Existentes na Parcela**

Destina-se a identificar a(s) casta(s) existente(s) na(s) parcela(s) de onde provêm os produtos submetidos a aprovação, bem como o peso percentual de cada uma delas na superfície da parcela.

A identificação é efetuada por pessoal com capacidade técnica e experiência na identificação de variedades de videiras.

## 6.2. Instalações dos Operadores Económicos

### 6.2.1. Controlo Prévio à Aprovação

O controlo às instalações do operador económico é efetuado de forma a verificar que:

- O produto submetido ao processo de aprovação está devidamente identificado e efetivamente separado dos restantes produtos, e;
- O volume existente corresponde ao indicado no pedido de aprovação.

Neste procedimento, o OC deve:

- **Confirmar a identificação e capacidade nominal dos depósitos de acondicionamento;**

Para este efeito, o operador económico deve apresentar ao OC uma listagem atualizada dos depósitos de acondicionamento existentes na instalação.

- **Verificar os volumes existentes, bem como a sua cor;**

Para o apuramento dos volumes existentes, o OC deve utilizar equipamento adequado providenciado pelo operador económico.

No caso da cor, o OC deve promover a observação visual do produto em causa.

- **Proceder à comparação dos dados do controlo com os constantes no pedido de aprovação e apurar da sua conformidade.**

Esta comparação pode basear-se em quaisquer outros elementos documentais relativos à atividade no sector vitivinícola.

Quando resultar correspondência com os elementos em análise, o controlo é reconhecido como conforme.

Quando for constatado que um, ou mais, do(s) elemento(s) controlados não corresponde aos dados constantes do pedido de aprovação, o OC considera o seguinte:

- **O volume sujeito à aprovação não está efetivamente separado**

Nos casos em que o pedido de aprovação inclui a utilização da indicação de casta(s) e a proporção das mesmas no volume do lote não é passível de confirmação, o OC reconhece a não-conformidade a este requisito.

Nos casos em que o pedido de aprovação inclui a utilização do ano de colheita e a mesma não é passível de confirmação, o OC reconhece a não-conformidade a este requisito.

- **O volume existente não corresponde ao indicado no pedido de aprovação**

Quando o volume existente for inferior ao indicado no pedido de aprovação, o OC reconhece conformidade ao volume que foi apurado no controlo.

Quando o volume existente for superior ao indicado no pedido de aprovação, o OC reconhece que o volume sujeito à aprovação não está efetivamente separado, aplicando-se os critérios descritos para aquela situação.

### **6.2.2. Controlo Pós-Aprovação**

Em momento posterior à aprovação, o OC pode efetuar controlo físico ao produto a granel e/ou engarrafado e respetiva rotulagem, de forma a apurar:

- **A quantidade a granel e/ou engarrafada;**
- **O número do lote de engarrafamento indicado na rotulagem;**
- **A correspondência entre as indicações constantes na rotulagem e aquelas que foram aprovadas.**

Quando, no decurso deste controlo físico, for detetado que:

- As **quantidades** a granel e/ou engarrafada ultrapassam aquela que foi aprovada, e/ou;
- O **número do lote de engarrafamento** não é idêntico ao constante no Registo do Lote, e/ou;
- Estão a ser utilizadas na rotulagem **indicações diferentes** daquelas que foram aprovadas.

O OC adota os seguintes procedimentos:

- Toma as medidas necessárias para que o produto não seja colocado no mercado;
- Notifica de imediato o IVV, I.P. e a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, anexando o relatório de controlo efetuado e demais documentação pertinente.

O IVV, I.P., em função da análise dos factos e de forma proporcional à sua gravidade, sem prejuízo de um eventual enquadramento contraordenacional no âmbito do Decreto-Lei nº 213/2004, na sua redação atual, aplica ao operador económico a sanção de suspensão da aprovação prevista na Parte I do presente manual, durante um período de tempo nunca inferior a três meses e nunca superior a um ano e regista a suspensão da aprovação no módulo “Ano/Casta” integrado no SIVV, para conhecimento de todos os OC’s.

## 7. COMUNICAÇÃO AO IVV

Os OC's remetem ao IVV, I.P. um **Relatório de Execução** com os resultados da aprovação dos lotes submetidos, realizados no decurso de cada campanha, a ser remetido para [devo@ivv.gov.pt](mailto:devo@ivv.gov.pt) até ao final do mês de novembro seguinte à campanha a que se reporta.

O Relatório de Execução de Controlo deve incluir:

- Um ficheiro em formato excel com a identificação dos lotes submetidos a aprovação com os campos:
  - Número do lote;
  - Operador económico;
  - Âmbito do lote com a identificação do Ano e/ou da(s) casta(s);
  - Volume proposto;
  - Volume aprovado;
  - No caso de ter existido controlo físico, o tipo (prévio à aprovação ou pós aprovação), a data e o seu resultado (conforme ou não conforme);
  - Observações que considerem relevantes;
- Todos os relatórios resultantes dos controlos físicos;
- Identificação de potenciais melhorias aos atuais procedimentos;
- Indicação dos critérios de seleção dos controlos físicos.



## **PARTE V – CONTROLO PELO IVV, IP**

### **1. OBJETIVO**

O controlo é efetuado com o objetivo de assegurar o cumprimento dos objetivos previstos no presente manual e incide nas atividades dos OC's para a aprovação de lotes e controlo físico.

### **2. ENTIDADE COMPETENTE**

Compete ao IVV, I.P. a confirmação através de evidências administrativas, da veracidade da informação relativa ao ano de colheita e/ou à(s) casta(s) de uvas constante(s) da rotulagem de produtos v\u00ednicos aprovada pelos Organismos de Controlo.

### **3. ACTIVIDADE DE CONTROLO**

O IVV, I.P. (servi\u00e7o gestor) analisa os Relat\u00f3rios de Execu\u00e7\u00e3o e Controlo remetidos pelos Organismos de Controlo, com o objetivo de:

- Acompanhar, em cada campanha, os resultados do sistema Ano/Casta;
- Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas no presente Manual;
- Coordenar a implementa\u00e7\u00e3o do sistema, identificando potenciais melhorias no presente Manual.

O IVV, I.P. em sede de auditoria, realiza a\u00e7\u00f5es de controlo sobre os Organismos de Controlo, com o objetivo de verificar os procedimentos de implementa\u00e7\u00e3o das regras estabelecidas no presente Manual.

## PARTE VI - CONTACTOS

### **Instituto da Vinha e do Vinho, I.P.**

Morada: Rua Mouzinho da Silveira, 5, 1250-165 LISBOA

Telefone: 21 350 67 00

Email: [ivv@ivv.gov.pt](mailto:ivv@ivv.gov.pt)

### **Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I.P.**

Morada: Rua dos Camilos, 90, 5050-272 Peso da Régua

Telefone: 254 320 130

Email: [ivdp@ivdp.pt](mailto:ivdp@ivdp.pt)

### **Comissão Vitivinícola da Bairrada**

Morada: Av. Engenheiro Tavares da Silva s/n, 3780-203 ANADIA

Telefone: 231 510 180

Email: [info@cvbairrada.pt](mailto:info@cvbairrada.pt)

### **Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal**

Morada: Parque Empresarial da Península de Setúbal, Estrada Vale da Rosa, Edifício VII, R/C e Piso 1, Ala Nascente, 2910-845 SETÚBAL

Telefone: 265 739 102

Email: [geral@cvr-psetubal.com](mailto:geral@cvr-psetubal.com)